



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 199/2021
Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informação sobre se franquias (Lei nº 13.966/2019) podem ter CNPJ de matriz (IN RFB nº 1863/2018, art. 4º) no Estado de São Paulo. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 199/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, conforme consta do Protocolado SIC em epígrafe, para solicitação de informação sobre se franquias (Lei nº 13.966/2019) podem ter CNPJ de matriz (IN RFB nº 1863/2018, art. 4º) no Estado de São Paulo.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo objeto da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), o órgão informou onde o cidadão poderia realizar a consulta. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Na análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda inicial, mesmo esta não sendo um pedido de acesso à informação contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelo Poder Público, de acordo com o artigo 11 da referida Lei federal nº 12.527/2018, indicou o local correto para realizar a consulta.
4. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que *"a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato"*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
5. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso e, no mérito, nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, §

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



- 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da citada Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 13 de maio de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado